

DA VIOLÊNCIA E DE SUAS REPRESENTAÇÕES COMO RESPOSTAS POSSÍVEIS À IMPUNIDADE

DA VIOLÊNCIA E DE SUAS REPRESENTAÇÕES COMO RESPOSTAS POSSÍVEIS À IMPUNIDADE*

Maria Stela Grossi Porto

RESUMO

Traz reflexões sobre as relações entre violência e impunidade, tendo como eixo condutor o pressuposto de que tanto a sociedade civil quanto o Estado são atores igualmente importantes para se compreender esses fenômenos em suas manifestações empíricas e em suas representações sociais. Comenta que para se mudar o quadro atual de impunidade no país faz-se necessário substituir reivindicações por um Estado repressor e legiferante por uma mudança que inclua crença na agilidade e efetividade da lei, o que depende de transformações nas práticas institucionais do sistema judiciário e do aparato policial.

PALAVRAS-CHAVE

Violência; Impunidade; legislação penal; polícia; Judiciário.

Do ponto de vista do “fazer científico” é de grande relevância poder compartilhar reflexões feitas no âmbito da atividade acadêmica e no contexto da pesquisa científica com profissionais do sistema judiciário participantes do Seminário “Sistema Penitenciário – Verdades & Mentiras”, os quais estão, em sua maioria, diretamente envolvidos na elaboração e implementação de políticas públicas de segurança, aí compreendidas aquelas orientadas ao sistema penitenciário. A universidade, dedicando-se à tarefa de produção de conhecimento, sente-se cumprindo sua função social quando compartilha esse conhecimento com a sociedade, mediante seus diferentes setores.

Existem objetos de estudo que, pelas suas características, desafiam e provocam mais do que outros a imaginação sociológica. Esse é o caso, por exemplo, do fenômeno da violência, bem como o da impunidade, a ele intimamente associado: ao enfocá-los, os meios de comunicação de massa invadem quotidianamente nossos sentidos com espetáculos de horror, que ora sinalizam a barbárie, ora nos colocam nas vésperas ou ante-vésperas de uma guerra civil, produzindo um deslocamento nos conteúdos do imaginário social, por meio do qual o mito do “homem cordial” vai cedendo espaço à lei do mais forte e aos imperativos do “salve-se quem puder e como puder”. Esse imaginário passa a conviver com representações como as de banalização e naturalização da violência, reforçadas pela constatação de ineficácia do aparato legal de controle da ordem e pela sensação de generalização da impunidade, compondo um quadro mental, no qual se assume como inviável qualquer expectativa de

reversão da situação de intranquilidade, percebida como predominante no quadro social atual.

Nesse contexto, a tarefa da sociologia torna-se tão urgente quanto difícil, mas, por isso mesmo, igualmente atraente. Além do que *a simultaneidade entre o evento e sua análise acarreta dificuldades para a interpretação e a explicação: nesses momentos a matéria-prima do fazer sociológico está tão carregada das urgências do momento, dos conteúdos produzidos fora do campo científico, e de vozes vindas de distintos segmentos sociais clamando por soluções, que o sociólogo sente-se pressionado à ação. Uma das formas mais imediatas dessa ação é a denúncia. Entretanto, se como cidadão o sociólogo pode se servir da denúncia como ponto de partida para a ação, de sua sociologia, ao contrário, espera-se que dessa se distinga, ultrapassando-a, e criando as condições de distanciamento necessárias para pensar o problema social enquanto problema sociológico, e contribuir para que a ciência esclareça a ação, subsidiando, se as condições se apresentarem, a intervenção no social*¹. Ou, recolocando em outros termos a questão, a produção de um conhecimento relevante e pertinente constitui a ação, ou a tarefa primeira da ciência.

A partir dessa ótica, o olhar sociológico aborda a questão das relações entre impunidade e violência: se o magistrado tem a legislação como foco primeiro de atenção, o sociólogo mergulha fundo na compreensão da natureza das relações sociais, matéria-prima por excelência da análise sociológica porque expressiva e reveladora da cultura em toda sua multiplicidade de sentidos.

Retendo essas ressalvas como pano de fundo, convém passar direta-

mente às questões que induziram e suscitaram as reflexões desse texto: “Impunidade, de quem é a culpa? Como combatê-la?”

O tom provocativo da pergunta tem a vantagem de fazer despertar a sociedade – em suas diferentes dimensões – chamando a atenção para a parte de responsabilidade que cabe a cada um, no sentido de reverter o quadro acima descrito. Entretanto, a culpa como ponto de partida traz também desvantagens, são dois lados de uma mesma moeda, mas que implicam sinais diferenciados. A noção de culpa tem uma carga negativa, remete à idéia da ação cujo objeto é o outro. Presume que punindo-se ou reprimindo-se os culpados repõe-se, pelo próprio ato de repressão ao delito, o estado de normalidade. O problema desse raciocínio, no entanto, é que, a rigor, a ação punitiva não envolve outros agentes além dos culpados e dos administradores da punição, razão pela qual parece pertinente recolocar a questão em termos não de culpa, mas de responsabilidade, pois esta última, ao contrário da outra, é uma noção com forte apelo para a participação social, individual e institucional. Conduz a uma lógica de atuação passível de incitar o envolvimento de todos, governo, sociedade civil e indivíduos, com efeitos, que, a médio e longo prazo, apontam em direção à vigência de práticas mais afirmativas, de caráter preventivo mais do que repressivo, como forma de combate à impunidade.

A hipótese que orienta a presente argumentação é a de que, à medida que a impunidade é percebida, como prática “costumeira” da sociedade brasileira, esta representação, ou maneira de abordar o problema, acaba por reafirmar a existência da impu-

* Texto com revisão da autora.

nidade, fazendo da representação parte constitutiva da realidade do fenômeno. Em outras palavras, os fenômenos se constituem, entre outras coisas, mediante uma relação sujeito/objeto, a qual, por sua vez, é constituída em parte pela realidade propriamente dita, em parte pelo que dessa é imaginado. A subjetividade dos indivíduos interfere tanto quanto a objetividade do fenômeno nos processos de organização das ações e das relações sociais. Independente de serem consideradas falsas ou verdadeiras, as representações sociais, como conteúdo do imaginário coletivo, são matérias-primas do ofício do sociólogo, pelo fato mesmo de serem orientadoras das condutas com relação ao fenômeno². Se a sociedade brasileira se concebe como o reino da impunidade, isso interfere nas formas de agir e de interagir socialmente. Sendo assim, a indagação relevante seria menos a de verificar se essa representação é falsa ou verdadeira e mais a de saber como tal definição reproduz a impunidade e as práticas dela decorrentes.

Essas reflexões e esses pressupostos induzem outra interrogação: é pertinente afirmar que Estado e Sociedade partilham entre si a responsabilidade pela existência da impunidade, real e imaginária?

Infelizmente tudo leva a crer que a resposta seja positiva.

No pólo de atuação do Estado, estaria em questão a responsabilidade institucional. As variáveis significativas a serem consideradas dizem respeito, por um lado, à articulação que envolve descrédito/desigualdade nos procedimentos de distribuição da justiça e ineficácia/morosidade nos órgãos encarregados da administração da justiça e garantia da ordem – punição de crimes e delitos em geral – e, por outro, às representações sociais da impunidade. Esta é “percebida” por diversos setores da população e causalmente propiciada por duas variáveis: pela ausência ou insuficiência de códigos normativos e de regulamentação social ou, pelo distanciamento entre tais códigos e as práticas sociais em vigor.

Considerando a variável “descrédito da atuação da justiça”, uma pesquisa sobre a violência e suas representações sociais no DF, tendo interrogado 625 pessoas, do plano piloto e das cidades satélites, constata tal descrédito, por meio do discurso da população ouvida³. Os entrevistados admitem, e as porcentagens são bastante significativas, que *justiça é coisa para privilegiado: pobre é tratado mesmo na marra*; da mesma forma que ten-

dem a concordar, em proporções igualmente significativas que *na falta de uma justiça competente, vale a lei do mais forte*.

Esses veredictos populares apontam para o fato de que os menos privilegiados têm o acesso aos benefícios da justiça dificultado ou negado, seja por não serem considerados como cidadãos ou por apenas serem aceitos como cidadãos de segunda classe, seja porque os procedimentos burocráticos se transmudam em impedimentos burocráticos (tal a complexidade que envolvem para alguns), ou ainda por restrições de ordem econômico-financeira.

A outra vertente desse veredito denuncia o caráter desigual que permeia os procedimentos de administração da justiça. Relacionada diretamente à questão da impunidade, significa afirmar que apenas os pobres são objetos da punição, que os braços da lei não atingem os poderosos e que, quando deles se avizinham, é para protegê-los (salvo as poucas exceções que apenas confirmariam a regra). Ou, uma variante dessa afirmação, o jeiti-

Se a sociedade brasileira se concebe como o reino da impunidade, isso interfere nas formas de agir e de interagir socialmente. (...) A impunidade, se por um lado, enfraquece o orgulho nacional e empalidece o sentimento de pertencimento à nação que contagia parte da população, por outro, alimenta ódios, ressentimentos, raivas e vinganças, cuja resposta mais palpável é a violência, individual ou coletiva, protagonizando, em última instância, o retorno do recalcado.

nho brasileiro reflete formas hierarquizadas de tratamento, procedimentos particularistas e personalizados, dentre os quais o “você sabe com quem está falando?”⁴, seria o exemplo por excelência da desigualdade hierárquica presente nas relações sociais. Trazido para o âmbito da justiça, esse tratamento hierarquizado caracterizaria situações de impunidade, na medida em que desqualifica a igualdade perante a lei estabelecida pelos ordenamentos jurídicos. “Aos amigos tudo, aos inimigos a lei”, outro conteúdo presente nos ditados e adágios populares expressa bem o que se está afirmando: é sinônimo de uma impunidade que não se acovarda em proclamar que a lei e sua aplicação são o invólucro que encobre o personalismo, o protecionismo, o apadrinhamento, o favoritismo, o clientelismo, práticas que se acreditava estivessem mortas, juntamente com a decadência do modelo de dominação caracterizado pelo “Coronelismo, Enxada e Voto” descrito por Vitor Nunes Leal, cujo potencial inesgotável de ressurgimento e fortalecimento não deve, ao que tudo indica, ser subestimado. Os exemplos recheiam noticiários, escritos e televisivos, reafirmando a responsabilidade institucional nas diferentes esferas do poder público, seja pela omissão em desvendar e punir crimes (aí compreendido, obviamente, o crime da corrupção) seja por se constituir em agente ativo de atos delituosos.

A impunidade, se por um lado, enfraquece o orgulho nacional e empalidece o sentimento de pertencimento à nação que contagia parte da população, por outro, alimenta ódios, ressentimentos, raivas e vinganças, cuja resposta mais palpável é a violência, individual ou coletiva, protagonizando, em última instância, o retorno do recalcado. Os motins nas casas de detenção, tantas vezes reprisados nesse início de século XXI, que já se anuncia frágil enquanto *locus* de solidariedade social, são o fósforo a acender a palha da revolta, propagada no confronto mais e mais freqüente entre detentos e diferentes agentes prisionais.

A sociedade, por sua vez, acreditando na insuficiência ou ausência de regulamentação e de códigos, passa a reivindicar mais legislação. Essa tendência a demandar aumento de leis (também sentida como necessária por setores do Estado) evidencia uma lógica legiferante, que supõe, ou quer fazer crer, o problema da impunidade como causalmente condicionado pela ausência ou insuficiência de leis. Con-

texto que leva, muitas vezes, a deslocar a ênfase, privilegiando a elaboração de leis, mais do que seu efetivo cumprimento.

Outro aspecto, igualmente relevante para a análise, é o que admite que esteja ocorrendo um crescente distanciamento entre a esfera do que é considerado legal e a esfera do que é praticado no âmbito do empírico, no qual a primeira, embora vigente, não necessariamente é percebida pelos atores sociais como orientadora de suas condutas. Situação que reafirma que o problema não se resume à ausência de leis, mas reside em sua desconsideração. Como evidenciado pelo adágio popular, sobejamente conhecido, segundo o qual *as leis existem para serem desobedecidas*.

São contextos ou situações que indicam, do ponto de vista da sociedade, a pouca credibilidade no potencial da justiça de fazer justiça e assumem que a impunidade tem-se apresentado como prática costumeira.

Na prática, a prevalência da impunidade tende a colocar em ação uma espécie de lógica do “salve-se quem puder”, que remete em questão as bases do contrato social, o qual, como se sabe, tem efetividade garantida pela expectativa de um agir cujos conteúdos sejam previsíveis porque ancorados em normas institucionalizadas.

Pensar no contrato social como o pacto por meio do qual são criadas as bases da solidariedade é condição para tornar a vida social possível; é pensar em um conjunto de normas cuja efetividade estaria garantida pela possibilidade de um agir coletivo. O centro da argumentação situa-se no âmbito das relações sociais: supõe o agir social informado pela expectativa de que outros agirão em conformidade com leis, normas, convenções, máximas ou regras orientadoras de conduta, garantidas legalmente umas, empiricamente outras. Implica reciprocidade, portanto.

Dessa perspectiva, determinada ação ou conduta desencadeia, ou deveria desencadear, em consequência, outras ações e condutas previsíveis no âmbito de uma dada sociedade, variando, obviamente, os graus de certeza, em termos do cumprimento das expectativas. Como já bem lembrava Weber⁵, a reciprocidade aí compreendida não requer uma identidade ou homogeneidade de sentidos a orientar a conduta dos envolvidos, razão pela qual conteúdos de competição e do conflito são, como assinalou Simmel⁶, igualmente formas

constitutivas da interação social. É porque o social se estrutura nessa rede de reciprocidades que faz sentido propor a apreensão e compreensão de regularidades sociais como condição de possibilidade, entre outras coisas, da constituição da sociologia como ciência. Os clássicos já haviam, pois, apontado nessa direção. Na perspectiva weberiana⁷ não se pode falar em relação social sem essa idéia de reciprocidade que aponta para o fato de que cada um dos atores em presença numa dada interação social age levando em conta o agir do outro. Não importando, para efeitos da definição, que o sentido que impulsiona move as ações, seja de amizade, ódio, amor, competição etc. Da mesma forma, aponta Durkheim⁸, cada contrato vigente em um dado ambiente social traz implícito o lado não-contratual do contrato, cujo conteúdo moral e valorativo é o garante, em última instância, da obediência ao contrato. E os diferentes papéis sociais comportam expectativas de condutas, reciprocidades. Embora possa parecer óbvio, não será talvez desnecessário assinalar que, em nenhuma dessas situações, a referência a padrões orientadores de conduta se limita apenas ao agir instrumental, a normas técnicas ou eminentemente práticas. Pelo contrário, na maioria das vezes, trata-se também de usos, costumes, regras morais, de decisões éticas, cujos conteúdos de valor são significativos e distintivos de padrões, tradições e hábitos culturais, sancionados legalmente, inscritos na rotina da vida, ou ainda prescritos religiosamente, partilhados pelo conjunto da sociedade ou por alguns de seus grupos ou subgrupos.

Quem se engaja em um agir coletivo, sobretudo se esse agir supõe algum sacrifício, necessita sentir a possibilidade de algum tipo de retribuição. E essa afirmação de modo algum é sinônimo de uma adesão ao credo utilitarista. Pelo contrário, é cada vez mais urgente a necessidade de um distanciamento em relação às abordagens e explicações dos utilitaristas e de suas leis e constrangimentos, para se entender, por exemplo, o alcance e profundidade do “Ensaio sobre a Dívida”, enfoque proposto por Mauss⁹, para a análise das sociedades primitivas, mas que vem agora sendo retomado como uma alternativa para se pensar em outras bases as relações sociais da contemporaneidade.

Sendo assim, é pois relevante lembrar que mesmo as teorias que não se alinham à estrita relação custo/benefício do utilitarismo ou da teoria dos

jogos da escolha racional estão prontas a admitir que o jogo social implica alguma forma de retribuição. Fato que é particularmente válido quando se trata de escolhas que, ao se direcionarem a um alvo coletivo, implicam perda e/ou frustrações no plano individual. Assim, por exemplo, o cidadão que se submete aos deveres de contribuinte por acreditar na legitimidade da ordem em questão espera garantias de que o dinheiro despendido reverta em benefícios reais para a coletividade, portanto, para ele mesmo, como espera que os demais cidadãos se comportem de modo semelhante. Não se está negando que o sentimento do dever cumprido (e, portanto, a crença na legitimidade da ordem em questão) possa ser suficiente como forma de retribuição (ele o é na maioria das vezes), entretanto, em determinados contextos, para que funcione como recompensa é preciso que a referida ação seja igualmente praticada por todos ou pela maioria dos participantes da coletividade¹⁰.

Sem nenhuma pretensão ao estabelecimento de conteúdos quantificáveis, pode-se supor que quanto mais esteja em questão contextos de predomínio de uma racionalidade instrumental com critérios técnicos e instrumentalizados de orientação da ação maior há necessidade de que a recompensa se coloque não apenas em termos da convicção (sentimento do dever cumprido), mas a partir de uma rede de reciprocidades, por meio da qual todos tenham algum interesse, quase sempre material, em colaborar. Por sua vez, quando está em questão a racionalidade substantiva, motivada por valores, a recompensa demandada situa-se, preferencialmente, no campo do simbólico.

A impunidade quebra essa cadeia de reciprocidade de várias formas: ao minimizar o valor da submissão às normas, que se orientam unicamente pela crença em sua validade, ao introduzir seletividade na administração da justiça para determinados infratores e determinadas transgressões; ao expandir a sensação de insegurança por não deixar antever quando, em que condições e direcionado a quem os mecanismos legais e empíricos de regulamentação social e manutenção da ordem serão acionados; ou quando, uma vez acionados, atuarão com efetividade; quando e por quem serão burlados; e quando, pelo contrário, serão postos em prática com rigor, precisão e eficácia, mas voltados aos indivíduos ou grupos de indivíduos que, discriminados e, por isso mesmo, tratados

como inferiores, marginais, nas escalas de prestígio, hierarquia, honra e outros traços de distinção social, são eleitos como bode expiatório ou, o que não é muito distinto disso, como instrumentos de punição exemplar.

Desse ponto de vista, a impunidade desencadeia um contexto de imprevisibilidade e de caos nas relações sociais desfazendo, em última instância, a propensão a cooperar ou a agir de conformidade com normas, já que nada assegura a reciprocidade do agir do outro. Na ausência da crença na efetividade das normas, impera a pura violência. Ao “salve-se quem puder” acrescenta-se o “salve-se como puder”, numa lógica do “tudo ou nada” do “ele ou eu”, que abre espaço à violência, utilizada como forma de proteção.

É o que ocorre, por exemplo, quando entra em cena a autoproteção traduzida em legítima defesa, em demanda por proteção policial mesmo que mediante formas violentas, ou ainda em proteção comprada a terceiros, em suas mais distintas modalidades.

Na pesquisa sobre representações sociais da violência no DF já mencionada, chama a atenção o fato de que as formas violentas de agir, recusadas em tese e no geral, passam a ser admitidas e mesmo legitimadas quando o que está em questão é a legítima defesa. Da mesma forma, um conjunto de questões relativas à violência policial, retoma a mesma ambiguidade acima. Recusada, em tese, a forma de representar a violência policial comporta graus de autonomia e/ou permissividade e, dependendo do contexto, passa a ser percebida como legítima porque, para a maioria dos entrevistados, haja o que houver, o policial tem como função precípua o combate ao crime e a manutenção da ordem. Essa necessidade de garantia da ordem e da segurança coloca-se acima dos pressupostos legais. Finalmente, no que diz respeito à proteção comprada a terceiros, assinala-se, a título de exemplo, a crescente utilização da segurança privada. Com todos os riscos daí decorrentes, na medida em que esse processo de privatização e desconcentração do monopólio da violência é sinônimo de violência difusa, que ameaça princípios mais universalistas, igualitários e democráticos de proteção e de controle social. Quem apela para a autoproteção pagando por segurança privada está defendendo interesses particulares; os quais, não necessariamente, se identificam aos interesses do conjunto dos cidadãos que pagam, com impostos, pela proteção da coletividade. Trata-se, portanto, da priva-

tização de um bem público.

Resultado ainda da impunidade, essa modalidade de segurança paralela se materializa, muito frequentemente, por meio do envolvimento de policiais e de sua contratação ilegal. Estes, em suas horas de folga, e à revelia da legislação que proíbe, fazem nesse trabalho extra um outro salário para compensar ou complementar seus baixos níveis de remuneração.

Aqui, como nos diferentes contextos em que situações de impunidades são vividas ou representadas como prática costumeira, a lógica prevalente é a do efeito multiplicador: se todos fazem, por que não eu?

Como, além disso, a impunidade tem beneficiado preferencialmente representantes das camadas privilegiadas, aí compreendidos sociedade civil e sobretudo governo em suas instâncias legislativa, executiva e judiciária, convive-se com a sensação de que os responsáveis pelo estabelecimento da ordem, da institucionalização e da regulamentação da vida social seriam os principais atores da transgressão. É o ponto de partida para o estado hobbesiano, da guerra de todos contra todos Hobbes¹¹.

Se cada cidadão
acreditar que as leis
serão obedecidas, nas
diferentes instâncias
institucionais e privadas,
o espaço público poderá
ser reconstruído como o
espaço da cordialidade,
da cooperação e, se isso
não for possível,
também do conflito, mas
do conflito como
prevenção à violência e
não como sinônimo
desta, ou seja, do
conflito como
pressuposto do
potencial de
negociação, cujo *locus*
por excelência deve ser
o espaço público.

O exemplo, novamente, envolve a questão da violência policial, ampliando o imaginário popular para o qual a sociedade brasileira seria o reino da impunidade já que os crimes e as violências cometidos pelos agentes da ordem no cumprimento de suas funções raramente são objeto de punição. Na verdade, o contrário é quase sempre verdadeiro, tais atos são incentivados e até tidos como manifestação de bravura, motivo para honrarias e condecorações, tanto pela corporação quanto pela sociedade.

Quando a ordem legal é relegada a segundo plano, em benefício da ordem empírica abre-se um amplo espaço de impunidade, com desdobramentos distintos, ainda que interligados. Da perspectiva da sociedade, seria possível enumerar alguns. Um primeiro consistiria na instauração de uma lógica da punição, concretizada mediante dois vetores, de natureza muito semelhante. O primeiro, já foi tratado acima, diz respeito à reivindicação por aumento da legislação, sobretudo de legislação repressiva. Por meio do segundo, a sociedade, arbitrariamente, se investiria da função de aparelho repressor, em substituição à justiça vista como inapta. Se o “fazer justiça com as próprias mãos” não é fato novo na sociedade brasileira, essa forma não institucionalizada de resolução de conflitos vem recentemente assumindo maiores proporções e sendo percebidas como legítimas.

O efeito mais visível desse procedimento é de novo a violência. Uma violência difusa, acompanhada de medo e de sensação de insegurança. Quando a violência extrapola o âmbito do Estado – esfera que, em tese, detém com legitimidade o monopólio da violência física – propicia novas formas de sociabilidade que se constroem na e pela violência. Nesse caso, o processo de pacificação social, que caracteriza o processo civilizatório, fica comprometido: a violência invade a sociedade civil e o espaço das relações sociais, com o conseqüente afrouxamento dos laços sociais. Esse é o espaço em que a responsabilidade da sociedade pela impunidade se faz mais presente e visível.

Um outro aspecto estaria mais afeto à responsabilidade individual e diz respeito à recusa, consciente ou não, dos indivíduos em colaborar com o aparato judicial se prestando a testemunhar ou apresentando denúncia. Tal recusa pode ser ocasionada pela vergonha, pelo medo, pela crença de que não vai mesmo resultar em punição, de que não vai mudar o quadro geral de

impunidade, ou ainda pela comodidade, fruto de um individualismo cujo raciocínio é: se não me afeta, melhor não me envolver, e cujo resultado é uma espécie de lei do silêncio, tão prejudicial à manutenção e/ou reposição dos laços de solidariedade social.

Por último, seria importante reafirmar, o caráter profundamente hierarquizado e desigual das relações sociais no Brasil, condição que não se altera fundamentalmente com os processos de modernização, vivenciados ou em curso. Tal caráter se reflete no fenômeno da impunidade, podendo ser pensado como fator potencializador dos vínculos entre violência e impunidade. É o caso, por exemplo, de situações de violência praticadas pelo cidadão comum, ao qual, na verdade, quase sempre é negado o reconhecimento como cidadão: uma das formas mais comuns de violência por ele cometida – a violência como forma de sobrevivência – acaba se configurando como um corolário da violência como forma de dominação e se expande no caldo de cultura do que mais acima se chamou efeito multiplicador, quase que como o recurso último do excluído para quem a marginalidade é o ponto de chegada.

Como combater a impunidade? Sem apontar para soluções definitivas, atitude de todo pretenciosa dada a complexidade do tema, valeria a pena ressaltar a necessidade de refletir sobre o fato de que quando a sociedade convive no dia a dia com a experiência e com a representação da impunidade, nessa tríplice vertente, institucional, social e individual, a resposta é dada frequentemente pela violência, pois a impunidade, em última instância, é um convite ao desrespeito às normas legais¹². O risco maior é o de que essa convivência se atualize desde os processos iniciais de socialização. As reflexões de Lopes sintetizam o teor de nossas preocupações: “A experiência de qualquer brasileiro é a de convivência contínua com a impunidade: desrespeito à legislação do trânsito, desrespeito à legislação de zoneamento urbano, às leis de silêncio, às leis de preservação de áreas verdes nas cidades, sem falar daquele hábito nacional da cola nos colégios, quando as crianças já se socializam na cumplicidade, contra o esforço da meritocracia”. A violência cotidiana, continua ele, inclusive linchamentos e extermínios, parece compensar a impunidade e a falta de recursos institucionais para a resolução de controvérsias.

A sensação generalizada de impunidade resulta, como já mencio-

nado, em descrença nas instituições e na associação paradoxal, porque às avessas, entre impunidade e lei. Ou seja, à lei seria o que impede a justiça de se realizar; assim, a autoridade deveria agir contra a lei ou acima da lei. Procedimento que significa, na prática, defender o uso imediato da violência¹³.

O cuidado e a busca de objetividade, necessários para se evitar idealismos ingênuos, incompatíveis com a análise sociológica, não impede, no entanto, que se indague sobre a possibilidade de reverter a situação prevalente de impunidade e as implicações daí decorrentes, sobretudo no que diz respeito à existência de redes de reciprocidade fundadas na convicção mais do que no interesse unicamente. As respostas estariam muito provavelmente ligadas a mudanças amplas que seriam impossíveis de se detalhar, mas podem talvez sintetizar, grosso modo dizendo que elas precisariam reverter significativamente o quadro de desigualdades, materiais mas igualmente simbólicas ou ideais, com repercussões nos conteúdos que presidem as relações sociais hoje em vigor. Essas mudanças, efetivadas no âmbito da cultura atuariam, em primeiro lugar nos processos iniciais de socialização, de modo a re-significar conteúdos, como condição para repor as bases dos laços social, da solidariedade e da cooperação. Em seguida, refazendo processos de socialização secundária, recolocariam a importância, do ponto de vista normativo, de uma igualdade na cidadania, significando direitos democráticos mais universalistas, o que não necessariamente é sinônimo de igualdade de tratamento.

Igualmente importante seria substituir reivindicações por um Estado repressor e legiferante por uma mudança que inclua a crença na agilidade e efetividade da lei. O que depende obviamente de transformações nas práticas institucionais do sistema judiciário e do aparato policial.

Se cada cidadão acreditar que as leis serão obedecidas nas diferentes instâncias institucionais e privadas, o espaço público poderá ser reconstruído como o espaço da cordialidade, da cooperação e, se isso não for possível, também do conflito, mas do conflito como prevenção à violência e não como sinônimo desta, ou seja, do conflito como pressuposto do potencial de negociação, cujo *locus* por excelência deve ser o espaço público.

Em outras palavras, os requisitos para se reverter o quadro atual envolvem simultaneamente mudanças

nas práticas institucionais e nas práticas culturais, compreendendo sociedade civil e Estado, como também re-significação de conteúdos da cultura em geral, em busca de um novo imaginário, elaborado a partir de novas representações. Ou de um novo modelo, que faça apelo a novas posturas éticas e a novas práticas, capazes de refertilizar o imaginário.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 PORTO, M. S. G. (org.). Apresentação. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 10, n. 2, jul./dez. 1995. Número especial sobre violência.
- 2 PORTO, M. S. G. Violência, Legitimidade, Justiça. In: Araújo, C, E. P. et al. *Política e Valores*. Brasília: Ed. UnB, 2000.
- 3 PORTO, 1995, op. cit.
- 4 DA MATTA, R. *Carnavais, Malandros e Heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- 5 WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. UnB, v. 1, 1991.
- 6 SIMMEL, G. *Le Conflit*, Dijon-Quetigny: Ed. Circé, 1995.
- 7 WEBER, op. cit.
- 8 DURKHEIM, E. *A Divisão do Trabalho Social*. Porto: Editorial Presença, v. 50, 1984.
- 9 MAUSS, M. *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Ed. 70, 2001.
- 10 WEBER, op. cit.
- 11 HOBBS, T. *Léviathan*. Paris: Sirey, 1971.
- 12 LOPES, J. R. de L. Direitos humanos e tratamento Igualitário: questões de impunidade, dignidade e liberdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, fev. 2000.
- 13 WIEVIORKA, M. L. *Nouveau Paradigme de la Violence Cultures et Conflits*, Paris, n. 29/30.

ABSTRACT

This article brings reflections about the relation between violence and impunity, focusing on the idea that civil society and the State play equally important roles for the comprehension of these phenomena on their empirical manifestations and social representations.

It comments that, in order to change today's impunity situation in the country, it is necessary to substitute the claims for a repressive and legislative State for a transformation with the belief on the agility and effectiveness of the law, which depends on changing institutional practices of the judicial system and police apparatus.

KEYWORDS – Violence; impunity; criminal legislation; police; Judiciary Power.

Maria Stela Grossi Porto é Socióloga da Universidade de Brasília.